

O TRABALHISMO DE PEDRO ERNESTO NO RIO DE JANEIRO DOS ANOS 1930:
LIMITES E POSSIBILIDADES

Thiago Cavaliere Mourelle*

Resumo: A discussão historiográfica sobre o conceito de populismo ganhou novo fôlego nos anos 1980: Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira introduziram o termo “trabalhismo” em substituição ao “populismo”. Para Gomes, o trabalhismo surgiu com Vargas no final do Estado Novo. Porém, antes disso o interventor Pedro Ernesto Baptista já utilizava práticas semelhantes na capital da República. Em 1935, eleito prefeito, ele buscou nos trabalhadores a sustentação para seu governo, mas tal estratégia se revelou insuficiente para mantê-lo no poder.

Palavras-chave: Pedro Ernesto, trabalhismo, populismo.

The discussion about the populism had new elements in the 1980's, when Gomes and Ferreira introduced the word “laborism” instead of “populism”. Gomes said that the creator of laborism was Vargas, in the end of the “Estado Novo”. However, few years earlier Pedro Ernesto Baptista had already used similar practices in Rio de Janeiro. He as the Rio mayor sought support in the working classes to his government, but it did not avoid him from being ousted from power.

Key-words: Pedro Ernesto, populism, laborism.

Identificamos três correntes que julgamos como as principais manifestações acadêmicas a respeito do conceito de populismo: o “grupo de Itatiaia”, a “sociologia paulista” e o “grupo de Ângela de Castro Gomes”.

Faziam parte do “grupo de Itatiaia” alguns estudiosos que, nos anos 1950, debatiam sobre diversos assuntos da realidade brasileira. Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Helio Jaguaribe eram alguns deles. De integrantes desse grupo partiu a iniciativa para a criação do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), que viria a ser o núcleo básico para a organização do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).

O pensamento do ISEB sobre populismo foi definido por Ângela de Castro Gomes como: “um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um

* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural)” (GOMES, 2001: 27).

Em relação aos sociólogos paulistas, entre os quais estavam Juarez Brandão Lopez, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Emir Sader, Francisco de Oliveira, Bóris Fausto, entre outros, optamos por dar destaque à obra de Francisco Weffort. Consideramos *O populismo na política brasileira* um marco no estudo do populismo no Brasil.

Ao usar a expressão *massas* para fazer referência aos que apoiam o líder populista, Weffort angariou uma série de críticas dentro da academia. Seus oponentes, surgidos principalmente no período subsequente à ditadura militar brasileira, alegaram que Weffort “infantilizou” os trabalhadores e ignorou a capacidade deles de resistência e reivindicação. O termo *massas* foi expulso do vocabulário acadêmico e Weffort tido como portador de um discurso ofensivo à classe operária brasileira.

É claro que a obra de Weffort é digna de algumas críticas, como todo trabalho acadêmico o é, porém acreditamos que muitas das acusações sofridas por ele foram exageradas e sem fundamento. Observe-se o trecho a seguir:

O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes. (...) Do lado das massas populares a manipulação populista estará sempre limitada pela pressão que espontaneamente estas podem realizar e pelo nível crescente de suas reivindicações.
(WEFFORT, 1978: 62-71)

Logo, como é possível perceber, Francisco Weffort não “infantilizou” as *massas* nem as considerou grupos puramente “emocionais”, mas apenas defendeu a idéia de que elas não tiveram capacidade de se organizarem de modo a conseguir tomar o Estado com um projeto próprio de desenvolvimento nacional.

Ângela de Castro Gomes, que concretizou um importante estudo sobre o populismo em *A invenção do trabalhismo*, repudiou não apenas o uso da expressão *massas*, como também do termo *populismo*, sugerindo sua substituição por *trabalhismo*. As intenções da autora davam conta de que era necessário dar maior enfoque ao caráter ativo do trabalhador em suas manifestações e resistências. Amparada nos estudos de E. P. Thompson, Castro Gomes foi

seguida por Jorge Ferreira e outros mais, que fizeram uma série de críticas ao rumo que os estudos sobre o trabalhador haviam tomado até então.

Acreditamos que a simples mudança de termos, de populismo para trabalhismo, pouco ajudou no esclarecimento do fenômeno. Se populismo havia adquirido uma série tão ampla de significados tornando-se um termo a-histórico, como mencionou Jorge Ferreira (FERREIRA, 2001: 11), o mesmo pode ser dito a respeito do termo trabalhismo, como a própria Ângela de Castro Gomes acabou por admitir (GOMES, 2001: 35).

Questionamos ainda a periodização adotada por Castro Gomes e Ferreira, isto é, de que o trabalhismo data de 1942 em diante. Este tem suas raízes bem antes do ano mencionado, pois, a nosso ver, Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro no início dos anos 1930, foi o precursor das estratégias adotadas por Vargas durante o Estado Novo.

Pedro Ernesto foi um dos políticos que chegaram ao poder após o movimento de outubro de 1930. Era necessária a formulação de uma nova estratégia de relação do Estado com o trabalhador, visto que o uso da força se revelava cada vez mais improdutivo e o operariado crescia numericamente e se organizava cada vez melhor.

Assim que convidado a assumir o executivo do Distrito Federal, Pedro Ernesto não demorou muito para agir no sentido de tornar realidade na capital da República a legislação trabalhista, no intuito de conquistar o apoio da burocracia municipal.¹ O prefeito algumas vezes se antecipou às deliberações nacionais, efetivando direitos trabalhistas através de decretos municipais antes mesmo de tal legislação ser posta em prática pelo presidente da República.

O pioneirismo de Pedro Ernesto no tratamento da questão trabalhista começou com a criação da Assistência Médico-Cirúrgica para os funcionários municipais – decreto 4033 – e o Montepio dos Empregados Municipais, além da regularização do pagamento do vencimento dos mesmos.² Já em 28/10/1931, nos primeiros dias da interventoria de Pedro Ernesto, o decreto 766 beneficiou a burocracia municipal com a estabilidade no emprego, ameaçada pela legislação

¹ Entre as inúmeras manifestações populares de apoio a Pedro Ernesto podemos citar o “Manifesto das Classes Trabalhadoras Cariocas”, que conclamou os trabalhadores a boicotarem os jornais *O Globo* e *Diário da Noite*, acusados de perseguição ao prefeito; a grande manifestação pela soltura do prefeito, em 1937; e as carreatas de comemoração nas ocasiões da soltura e da morte de Pedro Ernesto. Sobre esses fatos, ver respectivamente CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 553 e 554; Biblioteca Nacional, periódico *Diário da Noite*, 22/07/1937; Biblioteca Nacional, periódico *Jornal do Brasil*, 15/09/1937 e Biblioteca Nacional, periódico *Correio da Manhã*, 12/08/1942.

² Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. CPDOC – FGV. Verbetes “Pedro Ernesto Baptista”.

anterior que se preocupava em permitir demissões e afastamentos em caso de necessidade de redução de gastos.

Alguns meses depois o decreto 3790, em 02/03/1932, concedeu aos operários os direitos do funcionário municipal, tais como maior proteção da estabilidade no emprego e assistência médico-cirúrgica. Os operários também se beneficiaram quando o decreto 3786, inicialmente criado em prol dos funcionários do município, se estendeu a eles, dispondo a respeito de aposentadorias e licenças por motivo de doenças contagiosas, além de ampliar para três meses o prazo de licença-maternidade.

Em maio de 1934, já no fim de sua interventoria, Pedro Ernesto baixou o decreto 4771, passando a conceder um mês de vencimento à família do funcionário falecido, algo inovador até então. Na mesma época, já no início da campanha para as eleições municipais, o prefeito-interventor estendeu a operários, diaristas, jornaleiros³ e mensalistas, não titulados, da municipalidade, as férias de que tratava o decreto 2124.

O mais importante talvez tenha sido o decreto que Pedro Ernesto instituiu no 1º de maio de 1934, antecipando-se mais uma vez ao governo federal, criando a Lei do Salário Mínimo no município do Rio de Janeiro. O prefeito ainda aproveitou a ocasião para conceder 10% de aumento ao funcionalismo público.⁴

Embora querido pelos trabalhadores, as relações do prefeito com a Igreja Católica, a Ação Integralista Brasileira e, em determinado momento, dentro de seu próprio partido, só pioravam (SARMENTO, 2001).⁵

Após se tornar o primeiro prefeito eleito da História do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 1934, Pedro Ernesto continuou com sua política trabalhista: em 21/11/1935, o decreto de número 48 permitiu que professores primários e secundários particulares do Distrito Federal contribuíssem para a assistência médico-cirúrgica dos empregados municipais, contanto que estivessem inscritos no Departamento de Educação. Cabe aqui lembrar que, ao longo de quase cinco anos na prefeitura, Pedro Ernesto construiu cerca de trinta colégios públicos

³ No vocabulário da época: quem fazia uma jornada de trabalho durante determinado período na semana.

⁴ Todas essas leis e decretos podem ser vistos em: CPDOC – FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 912.

⁵ A Igreja Católica se tornou inimiga de Pedro Ernesto desde o início da intervenção dele, em dezembro de 1931, quando o prefeito declarou sua opção pelo ensino laico no Distrito Federal. Já a Ação Integralista Brasileira foi atacada por Pedro Ernesto desde sua fundação. Considerada pelo prefeito uma ameaça às liberdades individuais, a AIB respondeu chamando o prefeito de comunista, fazendo coro com os católicos. Quanto ao Partido Autonomista, logo após as eleições municipais de 1934 já enfrentava disputas internas que acabaram por dividir o partidos entre os que eram a favor de Pedro Ernesto e os que eram contra, encabeçados por Luís Aranha e Olímpio de Melo.

(NUNES, 2001) e grande parte da rede hospitalar que figura até hoje no Rio de Janeiro (LEMME, s/d).

Segundo Michael Conniff, em 1934 “Pedro Ernesto opunha-se decididamente a Muller e a outros, em especial Góis Monteiro, ministro da Guerra desde o início de 1934. Por isso, o prefeito propôs a criação de uma Guarda Municipal para assumir muitas funções da polícia na capital” (CONNIFF, 2006: 186). Pedro Ernesto disse que a Polícia Municipal seria mais um passo rumo à obtenção da autonomia carioca.

Cabe ainda examinarmos as duas instituições criadas pelo prefeito que simbolizaram sua ousadia e o colocaram em rota de colisão com o governo federal: a União Trabalhista e a Universidade do Distrito Federal (UDF).

Inaugurada em 04/04/1935, a UDF teve em seu corpo docente professores que estavam na vanguarda de suas respectivas especialidades, não só do Brasil, mas também do exterior: Bernhard Gross, Herman Lent, Gilberto Freyre, Lúcio Costa, Cândido Portinari, Heitor Villalobos, Cecília Meireles, Sérgio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Afonso Arinos Franco, Di Cavalcanti, Pierre Defontaines, Gaston Leduc, Thomas Lynn Smith, entre outros. Foram reunidos mestres de diversas ideologias. A idéia era criar um campo intelectual autônomo, marcado pela cientificidade.

Pedro Ernesto se dizia um democrata e é aí que está o seu grande problema, visto que o governo federal caminhava para o autoritarismo e a centralização do poder. Assim como Pedro Ernesto e Anísio Teixeira tinham um projeto educacional, Getúlio Vargas e Gustavo Capanema também tinham um, diferente em muitos aspectos e, em outros, mesmo antagônico ao que se colocava em prática na capital da República (CONNIFF, 2006: 163).

A *Intentona Comunista* foi determinante para que as críticas se cristalizassem numa ação real contra a Universidade do Distrito Federal. Já no fim de novembro e início de dezembro foram presos vários professores da UDF acusados de participação no movimento, o que deflagrou uma crise que culminou com a renúncia do secretário de educação Anísio Teixeira, substituído por Francisco Campos, ex-Ministro da Educação, católico praticante e defensor da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas. Pedro Ernesto, que viu todo o seu projeto sofrer uma definitiva derrota ideológica, aceitou o nome do ex-ministro numa tentativa de ele próprio ser poupado da “caça às bruxas” levada à cabo pelo governo Vargas.

Assim como a universidade, a União Trabalhista do Distrito Federal (UTDF) foi outra iniciativa do prefeito que recebeu críticas de seus adversários políticos. Pedro Ernesto definiu a União Trabalhista do Distrito Federal como “uma associação livre e independente de trabalhadores e de intelectuais, que se dispõem a organizar-se para mútuo esclarecimento, mútuo benefício [...] e para a defesa eficaz dos seus interesses legítimos”.⁶

No discurso de fundação da União Trabalhista, Pedro Ernesto afirmou que:

Os males dos governos brasileiros sempre se encontraram no feitio oligárquico que os caracterizou. Oligárquico, no sentido de que problemas que os interessavam e as soluções para um pequeno grupo de brasileiros, esquecidos os grandes problemas populares que afetavam realmente a grande massa do povo.

*Romper com esse espírito de oligarquia e de casta e ir ao encontro dos problemas econômicos e políticos de massa, não é fazer extremismo, não é ameaçar as instituições, mas responder à vocação já secular do Brasil por um regime de justiça social que sempre esteve em suas leis e foi sempre negado pelos governos.*⁷

Nesse discurso o prefeito procurou se posicionar indiscutivelmente ao lado dos trabalhadores, apresentando-se o intermediário entre o operariado e seus direitos. Há de se destacar a intenção de Pedro Ernesto em se dissociar, mais uma vez, tanto da extrema-direita como também da extrema-esquerda.

O governo federal compreendeu a União Trabalhista como uma prova definitiva da popularidade e da independência política de Pedro Ernesto, chegando à conclusão de que o mais certo seria retirá-lo da arena política, eliminando um projeto alternativo e um possível concorrente ao posto de “pai dos pobres” que foi buscado por Vargas assim que o fechamento do regime se efetivou. Já os políticos do Partido Autonomista viram a União Trabalhista como um meio de ascensão de líderes operários que, com laços reforçados com o prefeito do Distrito Federal, se tornariam uma séria ameaça ao equilíbrio de forças até então estabelecido na cidade.

Na imprensa a repercussão foi enorme e várias foram as acusações de que a União Trabalhista tinha inclinação socialista e tinha objetivos políticos-partidários.⁸ O interessante é que, pela primeira vez, houve uma alusão de que o prefeito tinha objetivos políticos maiores do que a prefeitura do Distrito Federal. O *Diário da Noite* citou que Pedro Ernesto era um

⁶ Discurso pronunciado por Pedro Ernesto Baptista na ocasião da fundação da União Trabalhista do Distrito Federal, em 13/05/1935. CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, folheto PEB 5f.

⁷ Discurso pronunciado por Pedro Ernesto Baptista na ocasião da fundação da União Trabalhista do Distrito Federal, em 13/05/1935. CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, folheto PEB 5f.

“pretendente à cadeira nacional do próximo quadriênio”, motivo pelo qual ele procurava “articular forças nacionalmente”.

A União Trabalhista, a exemplo da Universidade do Distrito Federal, funcionou durante um período curtíssimo, mas, assim como a UDF⁹, também obteve êxito. Embora tivesse sido fechada em dezembro de 1935, nos 7 meses em que esteve em pleno funcionamento ela conseguiu a adesão de cerca de 70 sindicatos, contanto com um significativo número de mais de 30 mil associados (PEDREIRA, 1937).

Mais do que uma demonstração de força para seus adversários, a União Trabalhista funcionou como uma base de sustentação política para o prefeito, diante de todas as críticas que recebia da Igreja Católica, dos integralistas, de homens do governo federal e até de comunistas – estes últimos viam a UTDF como uma organização governista que contribuía para o esvaziamento do PCB e de outras organizações proletárias.¹⁰

Paradoxalmente, apesar da participação maciça de trabalhadores ter dado força à União Trabalhista, ao mesmo tempo criou um grande problema para o prefeito: boa parte dos filiados à UTDF, apesar de apoiarem o prefeito, também tinham ligações com sindicatos classistas e, muitas vezes, participavam de debates e reuniões da Aliança Nacional Libertadora e do Partido Comunista do Brasil.¹¹

No início de outubro, surgiu uma denúncia de que a seção cultural da União Trabalhista estava organizando “cursos populares tendentes a facilitar a propaganda extremista sob os auspícios da Aliança [Nacional Libertadora]”.¹² Nesse momento Pedro Ernesto percebeu que, ou fechava a organização, ou daria a seus inimigos a grande chance de enquadrá-lo como uma ameaça pública com base na Lei de Segurança Nacional – que vigorava desde o início de abril de 1935. O prefeito mandou fechar a seção cultural e ordenou a paulatina desativação da União Trabalhista do Distrito Federal – o que acabou ocorrendo até dezembro. Esse foi o melancólico

⁸ Ver Biblioteca Nacional, periódico *Diário da Noite*, 14/05/1935. Biblioteca Nacional, periódico *A Noite*, 14/05/1935.

⁹ Cabe lembrar que, apesar da Universidade do Distrito Federal ter existido durante alguns anos – até ser incorporada pela Universidade do Brasil –, ela só funcionou nos moldes estabelecidos por Pedro Ernesto e Anísio Teixeira até dezembro de 1935, quando Teixeira saiu da secretaria de educação e a universidade sofreu um remodelamento que a alterou significativamente.

¹⁰ Prestes chegou a afirmar, em carta anexa aos autos, a necessidade de “desmascarar” o que chamou de “demagogia de Pedro Ernesto”.

¹¹ Hermes Lima, que era diretor da faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, participava da União Trabalhista e era assumidamente de esquerda. Além dele, líderes sindicais tais como Orlando Ramos e Alberto Santos, simpáticos ao comunismo, entre outros.

¹² Trecho retirado da acusação contra Pedro Ernesto, processo nº 1 do Tribunal de Segurança Nacional.

fim de uma organização fundada para ser a base de sustentação política do governo, concebida como o “primeiro núcleo de mobilização das forças trabalhadoras do Rio de Janeiro e do Brasil para uma colaboração mais estreita com o governo”.¹³

A situação política de Pedro Ernesto, que cada vez mais piorava, ficou insustentável com a *Intentona* de novembro de 1935. A estreita relação do prefeito com os trabalhadores se voltou contra ele, servindo como pretexto para a acusação de envolvimento do líder municipal em atividades subversivas. A *Intentona Comunista* foi o golpe final contra as pretensões trabalhistas de Pedro Ernesto. Dela se aproveitaram seus inimigos para eliminá-lo da carreira política, impondo-lhe uma derrota tão imperativa que passou pela demissão de seus homens de confiança da prefeitura, pelo desmantelamento de sua política educacional e, teve como desfecho, sua prisão em abril de 1936.

Pedro Ernesto aguardou na prisão seu julgamento que ocorreu em março de 1937. Modificações arbitrárias de depoimentos, falta de clareza nas acusações e desconsideração de documentos importantes para a defesa foram algumas das muitas irregularidades do inquérito policial, da denúncia e do julgamento do prefeito do Rio de Janeiro¹⁴.

Ele acabou condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional e permaneceu preso até setembro do mesmo ano, quando foi inocentado em novo julgamento. Centenas de milhares de pessoas aguardaram Pedro Ernesto e o carregaram até a esplanada do castelo, onde o líder populista fez um emblemático discurso contra a intervenção que havia sido decretada pelo presidente Vargas na capital da República. Manifestações em outras partes do país¹⁵ comemoraram a liberdade do prefeito carioca, o que demonstra que a popularidade adquirida por ele não se limitava ao Rio de Janeiro.

Representantes dos dois candidatos ao pleito presidencial que se realizaria em 1938 – José Américo e Armando Salles Oliveira – enviaram telegramas e visitaram Pedro Ernesto no intuito de obter apoio político nas eleições seguintes. Após alguns dias de suspense, Pedro Ernesto declarou seu apoio a Salles, colocando-se decididamente na oposição a Vargas.¹⁶

¹³ CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, folheto PEB 5f.

¹⁴ Entre as várias denúncias de irregularidades destacamos os depoimentos dos generais Cristóvão Barcellos e Estillac Leal, que foram aos jornais reclamar da modificação do texto de seus depoimentos. Mesmo após essas denúncias o texto deturpado não sofreu alterações.

¹⁵ Biblioteca Nacional, periódico *A Batalha*, 19/09/1937.

¹⁶ Biblioteca Nacional, periódico *Diário da Noite*, 30/09/1937.

Pedro Ernesto foi preso alguns dias antes da decretação do Estado Novo e, após a instalação da ditadura, não mais ocupou nenhum cargo público. Ficou doente e acabou falecendo pouco tempo depois, em 1942. Seu enterro foi a última consagração, com a participação mais uma vez de centenas de milhares de pessoas que fizeram questão de seguir o cortejo fúnebre.¹⁷

É certo que Pedro Ernesto foi uma grande liderança política, usou as leis trabalhistas para criar laços com os trabalhadores e buscou se colocar como um intermediário entre o operariado e seus direitos. O presidente não admitiu que seu antigo aliado adquirisse tanto prestígio e independência política e, ao lado de seus homens de confiança – Góis Monteiro, Felinto Muller, entre outros – eliminou essa liderança que propunha um projeto político alternativo e contava com a simpatia da população.

São muitas as semelhanças do Partido Autonomista e da União Trabalhista com o PSD e o PTB surgidos posteriormente. Além disso, os métodos usados por Vargas na intenção de aproximar com os trabalhadores muito se pareceram com os utilizados por Pedro Ernesto. Mas só poderia existir um “pai dos pobres”, que acabou sendo Getúlio Vargas. Ao possível concorrente restou o aniquilamento político e o esquecimento pela História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONNIFF, Michael L. *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In FERREIRA, Jorge (org), *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEMME, Antonio César. *Rompendo o Silêncio: educação, cidadania na administração Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, s/d.

NUNES, João Roberto Oliveira. *A administração Pedro Ernesto e a Questão Educacional*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2001.

¹⁷ Biblioteca Nacional, periódico *Correio da Manhã*, 12/08/1942.

PEDREIRA, Mário Bulhões. “Razões de Defesa do Dr. Pedro Ernesto Baptista”, 1937.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.